LUIZA SILVA BALTHAZAR

**PROTEÇÃO À MODA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL
E PROPRIEDADE INTELECTUAL**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Dr. Newton Silveira

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2019

LUIZA SILVA BALTHAZAR

**PROTEÇÃO À MODA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL
E PROPRIEDADE INTELECTUAL**

Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito na área de concentração Direito Comercial, sob orientação do Professor Doutor Newton Silveira.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo – SP
2019

Serviço de Processos Técnicos da Biblioteca da
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Balthazar, Luiza Silva

Proteção à moda como patrimônio cultural e propriedade intelectual / Luiza Silva

Balthazar. – São Paulo : L. S. Balthazar, 2019.

238 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Newton Silveira.

Notas de rodapé.

Inclui bibliografia

1. Propriedade intelectual. 2. Patrimônio cultural. 3. Moda. 4. Apropriação cultural I.
Silveira, Newton. II. Título.

Nome: Luiza Silva Balthazar

Título: Proteção à moda como patrimônio cultural e propriedade intelectual

Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito na área de concentração Direito Comercial, sob orientação do Professor Doutor Newton Silveira.

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Doutor Newton Silveira por ter acreditado no meu projeto, me dado essa oportunidade e me acompanhado por todo esse trajeto, incluindo as dificuldades, a ansiedade e todas as correções. Nesse agradecimento, incluo também minha gratidão à Universidade de São Paulo, que me acolheu como aluna desde o primeiro dia.

Agradeço também aos meus pais, por terem me incentivado a mudar de cidade, buscar essa formação e não desistir, estando sempre disponíveis para me ouvir e ler meu trabalho, mesmo a distância.

Um agradecimento especial às minhas irmãs, Camila e Marina, e meus irmãos de coração, Marcos e Gabriel, que mesmo mais perto fisicamente, sentiram minha ausência de tantos dias que precisei me dedicar à pesquisa e à escrita e queriam comemorar cada avanço, mesmo contra minha vontade.

Agradeço ainda aos meus colegas do BSH Law, especialmente na pessoa da Suzi, que compreenderam minhas faltas e me permitiram levar a vida acadêmica em paralelo ao meu desenvolvimento profissional como advogada.

Digo também um muito obrigada aos meus amigos e todos aqueles que torceram por mim: Virgínia e Leonardo, meus colegas de USP pelas conversas depois das aulas, os cafés e o ombro amigo; Adriana Buchmann e Sabrina Balthazar, por me apoiarem quando todas as dúvidas apareceram; Mariá Boeira, por ser a amiga de infância que sempre me ensina a simplificar e por me obrigar a tirar a cabeça do mestrado de vez em quando; Aline Bosch e Joana Sierra, pela força que me demonstram todos os dias; Gabriela Bittencourt, por mesmo de longe acreditar mais em mim do que eu mesma; Fernanda Galera, por dividir todas as apreensões que a propriedade intelectual pode trazer; Guilherme Coutinho, por me incentivar e até me apresentar à parte da minha bibliografia.

Por fim, agradeço ao Eduardo, meu parceiro de vida, que ao longo desses três anos não mediu esforços para me incentivar e me ajudar, ouvindo todas as minhas dúvidas e me fazendo as perguntas certas para continuar. Espero um dia poder retribuir todo o auxílio e a paciência.

*The more you know of your history
the more liberated you are.*

(Maya Angelou)

RESUMO

BALTHAZAR, Luiza Silva. *Proteção à moda como patrimônio cultural e propriedade intelectual*. 2019. 238 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

O presente trabalho busca estudar a possibilidade de se considerar os artigos de vestuário como patrimônio cultural e avaliar as consequências dessa aplicação à propriedade intelectual da moda. Para tanto, a moda foi estudada como um meio de comunicação e expressão cultural, identificando seus aspectos sociológicos e antropológicos. Com essas ideias, estudou-se a evolução da vestimenta e da história da moda, de forma a diferenciar a moda – formada de tendências sazonais – dos trajes típicos. A partir desses conceitos, foram identificados documentos internacionais relativos ao patrimônio cultural, especialmente o imaterial, com objetivo de estabelecer a evolução do conceito e de sua abrangência, partindo dos bens edificados para as práticas culturais imateriais, o que inclui as vestimentas. No âmbito do direito comparado, verificou-se como Portugal, França, Bolívia e Argentina lidam com essas questões. O ordenamento nacional foi estudado sob a perspectiva da evolução constitucional da cultura e da propriedade intelectual e, em relação à carta magna vigente, da construção dos princípios e da participação social como elemento diferenciador desta Constituição. Quanto às normas infraconstitucionais, buscou-se entender como elas se inserem dentro da estrutura organizacional brasileira e o que trazem para as comunidades tradicionais e para a indústria da moda. Além disso, verificou-se a possibilidade de proteger as vestimentas tradicionais e as criações de moda pelos institutos da propriedade intelectual. Por fim, constatou-se que a origem de conflitos de apropriação cultural reside na dificuldade em encaixar no sistema de direitos intelectuais as obras criadas pelas comunidades tradicionais, que priorizam a coletividade e a tradição oral. No intuito de reduzir impactos negativos nessas comunidades, entende-se que a simples aplicação desses direitos às vestimentas tradicionais traria prejuízos, sendo que há outras formas de atender aos seus anseios sem que os direitos culturais sejam prejudicados.

Palavras-chave: moda; propriedade intelectual; patrimônio cultural; apropriação cultural.

ABSTRACT

BALTHAZAR, Luiza Silva. *Fashion as cultural heritage and intellectual property*. 2019. 238 f. Degree (Master) – Faculty of Law, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

This work aims to study the possibility of considering garments as cultural heritage and evaluate the consequences of this application to the intellectual property of fashion. For this purpose, fashion was studied as a means of communication and cultural expression, identifying its sociological and anthropological aspects. The evolution of clothing and the history of fashion was studied in order to differentiate fashion – formed of seasonal tendencies – from typical costumes. Based on these concepts, international documents related to cultural heritage, especially the immaterial, were identified aiming to establish the evolution of the concept and its scope, going from buildings and landscape properties to intangible cultural practices. In the field of comparative law, it was verified how Portugal, France, Bolivia and Argentina deal with these issues. The Brazilian Law was studied from the perspective of the constitutional evolution of culture and intellectual property and, considering the Constitution, the construction of principles and public participation as a differentiating element of this document. Regarding the Laws, it was analysed how they fit within the Brazilian organizational structure and what consequences they bring to traditional communities and to the fashion industry. In addition, the possibility to protect traditional clothing and fashion creations by intellectual property means was studied. Finally, it was verified that the origin of the cultural appropriation conflicts lies in the difficulty in fitting into the intellectual property system the works created by traditional communities, which prioritize the collective construction, embodied in the oral tradition, which allows the constant evolution of cultural practices. Thus, in order to reduce negative externalities to these communities, it is understood that the simple application of these rights to traditional clothing would harm the communities, and there are other ways of meeting their needs without impairing cultural rights.

Keywords: fashion; intellectual property; cultural heritage; cultural appropriation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. MODA E CULTURA.....	16
1.1. Moda como meio de comunicação e expressão cultural.....	16
1.1.1. Aspectos sociológicos e antropológicos da moda	16
1.1.2. Moda, comunicação e identidade	20
1.1.3. Moda como um fenômeno coletivo.....	25
1.2. Evolução da vestimenta e história da moda	29
1.3. Moda e trajes típicos	34
1.3.1. Conceito de moda, tendência de moda e traje típico.....	34
1.3.2. Importância dos trajes tradicionais para a autodeterminação cultural ...	37
2. PATRIMÔNIO CULTURAL E PROPRIEDADE INTELECTUAL.....	42
2.1. Conceito de patrimônio cultural.....	42
2.2. Patrimônio cultural no ordenamento internacional.....	45
2.2.1. Documentos internacionais	45
2.2.2. Legislação da Europa Continental.....	61
2.2.3. Legislação latino-americana	71
3. PATRIMÔNIO CULTURAL NO ORDENAMENTO BRASILEIRO	84
3.1. Evolução constitucional da disciplina do patrimônio cultural no Brasil	84
3.1.1. Cultura e propriedade intelectual do Império à Ditadura	84
3.1.2. Proteção ao patrimônio cultural na Constituição Federal de 1988	93
3.2. Institutos de proteção ao patrimônio cultural no direito brasileiro ...	105
3.2.1. Legislação infraconstitucional atinente à proteção do patrimônio cultural	105
3.2.2. Mecanismos de proteção ao patrimônio cultural imaterial e intersecções com a propriedade intelectual	119
4. INTERFACE ENTRE PATRIMÔNIO CULTURAL E PROPRIEDADE	

INTELECTUAL NA MODA	131
4.1. Domínio público e outros conceitos de propriedade intelectual relacionados às obras tradicionais	131
4.1.1. Domínio público	132
4.1.2. Obras de autor desconhecido.....	142
4.1.3. Obras derivadas	146
4.1.4. Obras coletivas.....	148
4.1.5. Indicação geográfica	151
4.2. Propriedade intelectual da moda	156
4.2.1. Moda e direito autoral.....	156
4.2.2. Moda e desenho industrial.....	166
4.2.3. Moda e <i>trade dress</i>	172
4.3. Impactos da utilização comercial da moda tradicional	178
4.3.1. Impactos nas sociedades tradicionais	178
4.3.2. Impactos na indústria comercial da moda	191
4.4. Incompatibilidades entre a propriedade intelectual e o patrimônio cultural e possibilidade de convergências	196
4.4.1. Incompatibilidades entre a propriedade intelectual e o patrimônio cultural	197
4.4.2. Propriedade intelectual, patrimônio cultural e apropriação cultural na moda	202
CONCLUSÃO	207
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	215

INTRODUÇÃO

Em 2014, a marca brasileira de roupas Farm lançou uma coleção de verão inspirada em uma tribo indígena¹. No ano seguinte, as Havaianas lançaram a polêmica coleção de sandálias com estampas indígenas² e, dois meses depois, foi a vez de a Cavaleira chamar os índios para desenhar suas estampas e realizar um ritual próprio em meio a um desfile protagonizado por celebridades da moda³. A ideia de se inspirar nas comunidades tradicionais brasileiras não é exclusiva das três marcas⁴ e não se limitou à arte indígena. Coleções de inspiração tradicional japonesa⁵, escocesa⁶, africana⁷, indiana⁸, entre outras, também chegaram aos armários do País e do mundo.

As fartas referências demonstram a forte interação entre a moda e os trajes típicos de tribos e outras comunidades ao redor do globo, a qual nem sempre é pacífica e equilibrada. Cavaleira, Farm e Havaianas, aqui citadas, afirmam terem remunerado o trabalho artístico dos indígenas, mas isso não afasta todas as possibilidades de conflito entre estilistas e nativos.

O ilustrativo caso das Havaianas demonstra todas as dificuldades que a integração de um cenário de tradição com práticas comerciais pode trazer. Como bem explicam Taís Garone e Pedro Junqueira⁹, a Alpargatas, fabricante das Havaianas, contratou o direito de uso e de produção das estampas indígenas para

¹ FARM na aldeia: coleção faz homenagem à estética indígena brasileira. *Glamour*. Rio de Janeiro, 23 jul. 2014.

² NOVAES, Marina. As sandálias da polêmica. *El País*. São Paulo, 14 fev. 2015.

³ BELLEY, Mariana. Cavaleira une desfile de moda e ritual indígena. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 13 abr. 2015.

⁴ Outras confecções utilizaram a inspiração, como se vê: COLEÇÃO de Inverno 2018 da Batiche: inspiração nas tribos indígenas brasileiras. Disponível em: <<http://ifa.moda/moda/colecao-de-inverno-2018-da-batich-inspiracao-nas-tribos-indigenas-brasileiras/>>. Acesso em: 06 jun. 2018.; PACCE, Lilian. Cultura Kaxinawá e Yawanawá em acessórios lindos. *Lilian Pacce*. São Paulo, 21 dez. 2017. CESAR, Artur. Moda: aspectos indígenas fascinam estilistas. *A Crítica*. Manaus, 18 abr. 2013.

⁵ ROCHA, Roberta. Cultura japonesa é inspiração na nova coleção da Lez a Lez. *Roberta Rocha*. São Paulo, 06 mar. 2017.

⁶ ROLLO, Fabrizio. Tartan, o xadrez escocês, será o que você vai vestir no próximo inverno. *GQ*. São Paulo, 11 jan. 2017.

⁷ CULTURA africana inspira nova coleção de estilista brasileiro. *Catraca Livre*. São Paulo, 14 jul. 2015.

⁸ SILVA, Anderson Alexandre da. Marca brasileira aposta em moda étnica de várias partes do mundo. *Fashion Network*. São Paulo, 11 jan. 2017.

⁹ GARONE, Taís; JUNQUEIRA, Pedro. Patrimônio Cultural, patrimônio de quem? Apropriação e uso indevido de Bens Culturais Imateriais. In: *Reunião Brasileira de Antropologia*, 30. 2016, João Pessoa. *Anais RBA*, 2016. p. 7.

a produção de dez mil kits promocionais. Porém, tais direitos foram negociados com um único membro da tribo, que não era considerado o líder do grupo. Além disso, a estampa contratada não era de tradição exclusiva da tribo da qual o indígena era parte e outros oito grupos se sentiram lesados. Segundo a matéria de Marina Novaes, o índio responsável por licenciar os desenhos recebeu R\$ 7.500,00 para tanto¹⁰, valor de mercado, de acordo com a tabela de valores da Sociedade de Ilustradores do Brasil atualizada de 2011 até a data do fato¹¹. Apesar da confusão, o advogado entrevistado afirma que a melhor saída seria um acordo, visto que “a grande preocupação da etnia é não fechar as portas com as empresas, que podem ser parceiras dos povos do Xingu em projetos futuros”¹². Pela fala do advogado, nota-se a importância que a divulgação e a fonte de renda podem ter para os indígenas, se feita de maneira correta.

O conflito entre as comunidades e a indústria da moda não se limita ao Brasil ou à estampa. O povo Maasai, originário da região onde se encontra o Quênia e a Tanzânia, utiliza roupas e acessórios que são constantemente copiados pelas grandes marcas da moda. O xadrez característico, a forma de portar as roupas e as modelagens são constantemente imitadas e estima-se que a tribo poderia estar recebendo dez milhões de dólares ao ano em valores de licenciamento se fosse paga cada vez que seus costumes são utilizados¹³. O caso mais célebre de cópia foi feito pela Louis Vuitton em 2012 e não envolveu nenhum tipo de pagamento, ao contrário do caso brasileiro citado anteriormente.

É interessante observar todos esses exemplos e perceber que os casos datam de um período em que cresceram também os debates em torno da proteção à propriedade intelectual da moda. Desde a primeira década dos anos 2000 que designers de moda – especialmente nos Estados Unidos – passaram a reivindicar proteção aos seus artigos, contrariando a lei de *copyrights* do país que veda a proteção de arte útil. O movimento estadunidense ampliou a questão internacionalmente e dividiu especialistas – exceto de países que expressamente tratam do assunto em sua legislação, como a França.

¹⁰ NOVAES, Marina. As sandálias da polêmica. *El País*. São Paulo, 14 fev. 2015.

¹¹ SOCIEDADE DE ILUSTRADORES DO BRASIL. *Índice de Referência de Valores*. São Paulo: Sib, 2011.

¹² NOVAES, op. cit.

¹³ YOUNG, Sarah. Maasai people of East Africa fighting against cultural appropriation by luxury fashion labels. *The independent*. Londres, 7 fev. 2017.

Enquanto parte dos estudiosos entende que roupas são peças artísticas e, portanto, merecem proteção¹⁴, outros entendem que a indústria da moda não necessita de qualquer proteção intelectual, pois se beneficia da contrafação¹⁵. Esta última ideia fundamenta-se na observação de que as pessoas consomem moda em razão de sua obsolescência, que ocorre quando uma peça, antes original e exclusiva, passa a ser banal e popularizada. Portanto, as marcas de luxo acabariam se beneficiando da cópia, pois é a perda do diferencial em relação aos demais que leva as pessoas a comprarem novas peças. Esse argumento ressalta o fator social e antropológico da moda: a aderência a uma nova tendência de moda – ou a escolha por não aderir – comunica aos demais uma posição. A questão acaba por levar a uma reflexão, objetivo de pesquisa deste trabalho, qual seja descrever o papel que a vestimenta exerce nas relações humanas e nas formações sociais.

Em meio a este debate, surge a questão sobre o quanto essas peças são de fato originais. Os exemplos da Alpargatas, Louis Vuitton e outros indicados nas referências trazem a reflexão sobre o que é reprodução e o que é inspiração e referência e quais os limites de utilização de obras adotadas por comunidades tradicionais em peças comerciais. A releitura de peças do passado é comum e encorajada na criação de moda. Utilizando o conceito de releitura citado por Carol Garcia em contribuição ao artigo de Vera Lima¹⁶:

Na chamada releitura, o efeito de sentido construído é de renovação, ao passo que na tão sonhada “autoria”, que o meio da moda costuma definir como “conceitual”, ocorre a produção do efeito de sentido de autenticidade. Sem introduzir novidades nas invariantes do sistema, a releitura define-se por transplantes geográficos e/ou históricos de variantes das categorias de apresentação pessoal, usualmente revigoradas por novas tecnologias. Extraídas de uma ou mais regiões em épocas diferentes, essas variantes repetidas não constituem plágio, pois são revigoradas plasticamente.

A autora continua o raciocínio e afirma que “o parecer novidade da releitura é pressuposto pelo não ser, pois, de fato, em termos plásticos ele não é inovador em relação ao sistema de moda: caracteriza-se uma ilusão de novidade”¹⁷. Pelo artigo aqui citado, escrito pela Professora de História e Museóloga Vera Lima, a

¹⁴ MILLER, Mary. Copyrighting the useful art of couture: expanding intellectual property protection for fashion designs. *William & Mary Law Review*, Williamsburg, v. 4, n. 55, p.1617-1646, jun. 2014.

¹⁵ RAUSTIALA, Kai; SPRIGMAN, Christopher. The piracy paradox: innovation and intellectual property in fashion design. *Virginia Law Review*, Charlottesville, v. 8, n. 92, p.1687-1777, dez. 2006.

¹⁶ LIMA, Vera. Há Sempre uma Releitura? In: FEGHALI, Marta Kasznar (Org.). *O Ciclo da Moda*. Rio de Janeiro: Senac, 2008. p. 47-92.

¹⁷ Ibidem.

releitura é prática comum e não inferioriza a peça criada por este método. Embora não se trate de um texto jurídico ou que tenha como objetivo tratar de propriedade intelectual, a autora antecipou que, em sua visão, a releitura não é *plágio*, pois há uma novidade plástica do modelo do passado para o atual.

Porém, nesse caso, a dúvida paira sobre o lugar jurídico que as comunidades relacionadas às tradições e aos trajes utilizados em releituras e inspiração ocupam nesse sistema. Se há inovação do estilista em alterar plasticamente o modelo, como sustenta a autora, questiona-se se há também a participação do povo que o criou e o mantém vivo. Nesta dúvida reside um objetivo desta pesquisa, qual seja o de analisar as interações e diferenças entre a moda e os trajes típicos.

O simples ato de manter vivas as tradições relativas às vestimentas, inclusive, é interesse do Estado e da comunidade internacional, que elaborou documentos e projetos para a salvaguarda do patrimônio cultural. As normas tratam expressamente da necessidade de cooperação entre as instituições relacionadas à propriedade intelectual e às responsáveis pelo patrimônio cultural imaterial¹⁸, mas pouco foi esclarecido até agora.

Enquanto alguns países entendem que o registro no livro de tombo reconhece um direito consuetudinário de a comunidade exercer os direitos relativos àquela prática¹⁹, outros entendem que a exploração comercial de patrimônio cultural imaterial gera o dever de pagar parte dos lucros ao governo²⁰. Em meio a esta diversidade de propostas, esta pesquisa busca compreender quais os efeitos jurídicos da declaração de determinado traje como patrimônio cultural imaterial para além da sua inclusão em um livro ou diretório estatal.

Como se percebe, a complexidade da questão tem fortes consequências comerciais, visto que o entendimento de que falta originalidade nas peças ou de que seria devido algum pagamento aos indivíduos das comunidades de onde determinado traje originou-se impacta o *modus operandi* da indústria da moda. Apenas para fins de referência, a indústria brasileira da moda emprega 1,479 milhões de empregados diretos em 29 mil empresas nacionais legalmente

¹⁸ Ver item 2.2.1 relativo à Recomendação de Paris.

¹⁹ Ver item 2.2.2.1 em relação às práticas portuguesas.

²⁰ Ver item 2.2.3.2 em relação à legislação boliviana.

constituídas, tendo faturado, em 2017, 45 bilhões de dólares²¹.

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa é responder à pergunta: *a proteção à moda como patrimônio cultural imaterial traz limitações aos direitos de propriedade intelectual e exploração comercial dos criadores de moda?* Para tanto, utilizar-se-á do método dedutivo, valendo-se do procedimento de análise bibliográfica.

²¹ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO (ABIT). *Perfil do Setor*. 2017.

CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou trazer uma perspectiva interdisciplinar para responder algumas questões, sendo a principal delas se a proteção à moda como patrimônio cultural imaterial traz limitações aos direitos de propriedade intelectual e exploração comercial dos criadores de moda. Para responder a essa questão, estudou-se o papel da moda no mundo artístico e social, a legislação atinente ao patrimônio cultural – especialmente o imaterial – e a intersecção dessas duas vertentes, quando ocorre a apropriação cultural na moda.

Ao analisar os aspectos sociológicos e antropológicos da moda, percebeu-se que as vestimentas são uma expressão cultural humana desde tempos remotos e fazem parte da memória dos grupos sociais. O vestuário caracteriza um costume, marca uma época, visto que a forma como as pessoas cobrem o corpo ou o enfeitam varia de acordo com o tempo e com a localidade. O estudo realizado demonstrou a importância da moda para a formação cultural e suas manifestações sociológicas, podendo ser incluída no que se chama de patrimônio cultural.

Além de marcar grupos ou períodos históricos, a moda funciona como um importante meio de comunicação. A opção do vestuário por um indivíduo demonstra certas escolhas na sua relação com a sociedade. Esse poder de comunicar, inclusive, fez com que, ao longo da história, certos trajes fossem proibidos a determinados grupos sociais pelas leis suntuárias. Além de marcar a intersecção da moda com o direito em tempos pretéritos, a existência dessas leis demonstrou a relevância do caráter comunicativo da moda. Se no princípio a moda poderia servir a um vetor de individualização, ela hoje é um fenômeno coletivo.

Essa característica coletiva da moda e seus círculos de influência leva a reflexões sobre os fluxos que a moda segue ao se espalhar pela sociedade. Diversas são as teorias sobre esse aspecto. Tais correntes divergem principalmente pela direção do vetor de influência, sendo que uns defendem que as classes mais altas influenciam as mais baixas, outras ao contrário e há ainda quem defenda que novas tendências surgem e se afirmam nas classes médias e dali se difundem para cima e para baixo.

Todas essas correntes tratam da moda como um conceito sazonal, um fenômeno entendido pela constante renovação. Por esse motivo, entende-se que a moda só pode ser chamada como tal a partir do século XVIII. Essa ideia da

renovação – cada vez mais rápida – exclui os trajes tradicionais do conceito de moda pautada por tendências, sendo chamados inclusive de “não-moda”. Isso não quer dizer, porém, que essa indumentária não tem qualquer valor ou importância para o entendimento da moda. A salvaguarda e a manutenção das tradições são importantes por si só, além de ser cada mais evidente a influência dos trajes típicos na moda sazonal.

A utilização das vestes típicas pela moda sazonal pode ser problemática a partir do momento em que indivíduos não pertencentes à comunidade titular do traje utilizam suas peças de forma alheia a seus símbolos e significados. Por carregar parte do passado e se projetar para o futuro, a manifestação folclórica incorpora elementos importantes na autodeterminação das comunidades tradicionais e a violação dos seus preceitos acarreta em danos.

Para compreender o funcionamento dos direitos relativos a essas práticas culturais, buscou-se neste trabalho também estudar a legislação relativa ao patrimônio cultural, especialmente o imaterial. O conceito de patrimônio cultural se divide entre material e imaterial e sua concepção depende de referências e momentos históricos. Inicialmente, a preocupação se deu no âmbito dos bens físicos e edificados e posteriormente a atenção voltou-se às tradições culturais, por demanda de países em desenvolvimento com tradições folclóricas.

Ao analisar os documentos internacionais sobre o assunto, esses dois momentos se dividem de forma bastante clara, sendo os primeiros regramentos relativos ao patrimônio cultural edificado e paisagístico e, posteriormente – apenas nos anos 1980 –, aos bens imateriais. Pode-se entender que houve evolução dos conceitos, mas patrimônio cultural e propriedade intelectual ainda não apresentam dispositivos claros de intersecção. Quanto à designação de um bem – material ou imaterial – como patrimônio cultural, é difícil indicar detalhadamente os direitos que são atribuídos aos detentores de tal expressão cultural. Quando se trata de bens imateriais, especialmente, esses direitos e deveres de sociedades detentoras são genéricos e principiológicos.

Considerando que os tratados e convenções internacionais não endereçam a questão de forma clara, pesquisou-se como tais ideias eram tratadas no ordenamento jurídico de Portugal, França, Bolívia e Argentina. Quanto ao primeiro, verificou-se que o Estado português dedica especial atenção ao tema da cultura, tendo aderido às principais convenções internacionais do assunto e refletindo tais

medidas em uma legislação robusta de proteção ao patrimônio cultural. No que tange o direito autoral, a legislação se destaca por prever expressamente a tapeçaria e por permitir a dupla proteção da arte útil, o que beneficia a proteção aos criadores de moda. Em relação ao patrimônio cultural imaterial, fica clara a possibilidade de inclusão das vestimentas.

A França, por outro lado, tem um papel importante no desenvolvimento da moda no mundo e essa importância econômica se refletiu também na legislação. A França cita expressamente a proteção à moda em seu rol de obras protegidas pelo direito autoral. Por outro lado, não se vislumbram meios claros de proteção ao patrimônio cultural imaterial e os registros realizados nesse âmbito não esclarecem os direitos concedidos aos titulares da prática.

Na Argentina, há proteção constitucional à propriedade intelectual e às comunidades tradicionais, sem que estas sejam complementares. As leis de patrimônio cultural incluem a proteção de vestimentas como bens tangíveis. A questão do patrimônio imaterial é tratada pela Convenção de 2003 e por leis estaduais e municipais. Em relação aos direitos autorais, não se verifica na legislação dispositivos dedicados à moda e ao patrimônio cultural. Portanto, neste país, não há uma sobreposição de tais direitos e o registro de um bem como patrimônio cultural não gera direitos de exclusividade à comunidade.

A Bolívia, por fim, se destaca no panorama internacional em relação ao objeto deste estudo, não apenas por sua atuação na construção da Convenção da Unesco de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, mas com a inclusão de dispositivos que fogem ao padrão internacional em seu ordenamento. Estas inclusões não se limitam a preceitos constitucionais ou à existência de diretórios de registro de bens culturais intangíveis. Elas compreendem uma profunda alteração de conceitos na legislação do patrimônio cultural e da propriedade intelectual, ao estabelecer, por exemplo, que o uso comercial de obras em domínio público gera dever de pagamento.

Após a análise internacional, o terceiro capítulo deste trabalho dedicou-se ao estudo mais aprofundado da realidade brasileira no que diz respeito à proteção ao patrimônio cultural e seus efeitos. Ao estudar os diplomas constitucionais brasileiros vigentes no passado com foco nos direitos dos povos tradicionais, na cultura e no patrimônio cultural, percebe-se a ausência de questões fundamentais relativas à sua salvaguarda e fomento. Isso decorre da política de assimilação de

indígenas em vigor à época; da ausência de direitos autorais claros, sendo mencionado apenas exclusividade em reprodução ou utilização; e da falta de compreensão de qualquer saber histórico como patrimônio cultural brasileiro.

A Constituição de 1988 traz novidades em relação ao tema. É interessante notar como o constituinte, no âmbito da subcomissão de educação, cultura e esportes, propôs a inclusão de artigos relativos à propriedade intelectual como parte dos direitos culturais – estrutura que não foi mantida pela Constituição vigente, que preferiu enumerá-los junto ao rol de direitos fundamentais. No que tange ao patrimônio cultural imaterial, tem-se pela primeira vez um artigo dedicado à matéria, inserido no rol de artigos relativos à cultura. O artigo 216 traz em seu parágrafo 1º a obrigação de o Poder Público promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. Essas “outras formas de acautelamento e preservação” não foram bem definidas até então.

Pela análise das normas infraconstitucionais, verificou-se que o Brasil conta com um conjunto grande de normas relativas ao patrimônio cultural, tendo ido além de ratificar as principais convenções sobre o assunto. Apesar disso, como adiantado, há incertezas em relação à aplicação de direitos intelectuais ao patrimônio cultural imaterial e poucas menções à possibilidade de a moda estar incluída em tal rol de proteção. O Decreto nº 3.551/2000 descreve o procedimento relativo ao registro, mas não esclarece quanto aos efeitos da inscrição de uma prática cultural em um dos livros do Iphan. A posição oficial do órgão é de que o registro como patrimônio cultural imaterial é meramente declaratório, mas há casos em que o Iphan auxilia comunidades a impedir terceiros de utilizar o bem cultural.

O último capítulo busca, por fim, unir os conceitos de moda, traje tradicional e patrimônio cultural. Para tanto, estudou-se o domínio público, os impactos que a utilização de trajes tradicionais causa aos dois lados envolvidos – indústria da moda e sociedades – e, por fim, fez-se a análise de institutos legais que possam equilibrar esses interesses.

Após o estudo do domínio público, incluindo análise legislativa, doutrinária e jurisprudencial, percebe-se que não é claro o enquadramento das criações de moda pertencentes ao patrimônio cultural, registradas ou não, como parte do acervo em domínio público. Porém, o domínio público não é acervo disponível à apropriação por todos, sem indicação da paternidade ou desrespeitando a integridade da obra.

Apenas essa constatação afasta a possibilidade de um terceiro lançar no âmbito de uma coleção de moda um traje tradicional e atribuir autoria a si, mas não impede a sua livre utilização.

Esse argumento também encontra fundamento quando se analisa a questão do ponto de vista do conceito de autor desconhecido. As obras artísticas tradicionais fixadas em suporte tangível, incluindo os trajes, não estariam em domínio público, apesar de serem fruto do espírito de um autor não identificado. Os trajes tradicionais, quando claramente atribuídos a determinada comunidade, não integram o domínio público, inclusive pela dificuldade em aplicar ao patrimônio cultural a lógica própria das demais criações.

Considerando a possibilidade de haver direitos intelectuais de titularidade da comunidade sobre suas vestes tradicionais, a criação que as utiliza seria uma obra derivada. Para tanto, a sua utilização comercial depende da prévia autorização dos seus titulares, nos termos da legislação.

Outro conceito da legislação autoral que mereceu a análise em relação ao patrimônio cultural imaterial é o das obras coletivas. Como os trajes tradicionais são fruto do trabalho das comunidades de forma coletiva e intergeracional, questiona-se se estão contemplados nesta definição legal. Essas obras coletivas são definidas, legal e constitucionalmente, pela junção de participações individuais formando um todo. Porém, como a lógica da lei é de autores conhecidos e identificáveis, o conceito de obra coletiva não se aplica ao patrimônio cultural imaterial.

Finalizando esta análise dos institutos de propriedade intelectual relacionados ao patrimônio cultural, as indicações geográficas também foram estudadas. Trata-se de um direito de propriedade intelectual coletivo atribuído a uma comunidade local, o que endereça justamente uma das principais dificuldades de atribuir direitos intelectuais às vestimentas tradicionais. Entretanto, as indicações geográficas se destinam a atestar a originalidade e autenticidade dos produtos, sendo pouco eficiente para solucionar o problema da apropriação indevida nas vestimentas, pois estes casos não tratam de uma empresa tentando se passar por uma comunidade tradicional, mas pela utilização dos modelos sem atribuição.

Quanto à propriedade intelectual da moda, foram estudados o direito autoral, o desenho industrial e o *trade dress*. Considerando que o rol de obras protegidas

não é taxativo, entende-se possível a proteção das criações originais de moda pelo direito autoral. Ao atribuir direitos patrimoniais e morais a essas criações, portanto, aplicam-se a essas obras, caracterizadas normalmente por sua sazonalidade, prazos longos de proteção. Assim, além de alguns entenderem que os prazos são excessivos, desenvolveu-se uma teoria de que essa proteção seria prejudicial à moda. O chamado “paradoxo da moda” visa a demonstrar que a indústria da moda lucra com a ausência de proteção intelectual.

O desenho industrial é o ramo da propriedade industrial mais comumente relacionado aos direitos autorais e também intimamente ligado à moda. A aplicação industrial é o principal elemento diferenciador entre a proteção autoral e a do desenho industrial. Para ser protegido, um desenho precisa ser novo ou original, o que é aplicável também aos padrões de tecidos. Portanto, se um desenho tradicional é utilizado para estampar um tecido, não é possível considerá-lo novo ou original. A proteção das criações de moda pelo desenho industrial obedece à lógica própria da propriedade industrial, que conta com prazos menores sem incluir os direitos morais.

O *trade dress* ou conjunto-imagem, último instituto analisado e pertencente ao âmbito da concorrência desleal, é definido pela aparência do produto ou serviço. A principal característica do conjunto-imagem é a associação que o público faz em razão de formatos, cores, linhas etc. Este instituto não serve a proteger indistintamente aquilo que não é passível de proteção pelos outros conceitos de propriedade intelectual, mas para impedir o aproveitamento de sinais distintivos de terceiros. Quando não há originalidade suficiente, ainda que haja indícios de cópia, estas não configuram infração ao conjunto-imagem.

Depois de estudadas as questões atinentes à proteção intelectual do patrimônio cultural e da moda, analisou-se em que pontos esses dois sistemas seriam complementares. Para entender isso, conceituou-se a apropriação cultural na moda como a prática de um grupo social utilizar trajes de um grupo historicamente dominado, lesando as comunidades tradicionais. A apropriação cultural consiste na ressignificação, por uma cultura dominante e normalmente opressora, de um bem cultural originalmente atribuído a uma comunidade marginalizada. Uma característica da apropriação cultural é que se perde a identificação da origem do bem cultural, sendo este tido como nacional ou original, e de difícil identificação de seus titulares.

Com base nesses conceitos, foram estudados três casos. Apesar de tais casos terem diferentes desfechos, seja com a organização da comunidade para a edição de uma nova lei, seja por um simples pedido de desculpas ou até pelo tribunal entendendo livre a utilização da indumentária tradicional pela indústria, desde que não haja requisição de autoria. Nos três casos, porém, fica claro que a apropriação cultural sofrida pelas comunidades foi considerada por elas bastante ofensiva, especialmente no âmbito moral.

Diante dessa visão, cabe avaliar do ponto de vista da indústria da moda as consequências que esse uso traz, estudando (i) o ganho financeiro das empresas e (ii) a possibilidade de requerer direitos intelectuais sobre essas criações. O ganho financeiro advém do aproveitamento parasitário, pois existe um ganho da marca ao vender peças sem que houvesse um investimento na criação. Além disso, a utilização de um modelo já existente impede as marcas de requererem autoria sobre as peças. A propriedade intelectual é um sistema desenhado para, por meio de um privilégio temporário, fomentar a inovação e a criatividade. Conceder tais direitos a coleções que não tenham essas características contraria o sistema.

Todas essas questões levaram a refletir sobre a incompatibilidade entre o sistema de direitos intelectuais e as obras do patrimônio cultural imaterial. A propriedade intelectual foi criada e aperfeiçoada diante das evoluções dos meios de cópia e infração e atendem aos interesses de um tipo de criação específica: a individual ou individualizada de autores conhecidos ou identificáveis. A criação oral, intergeracional, sem registro escrito e em constante alteração não encontra guarida nas normas de proteção intelectual. Essa incompatibilidade acaba por favorecer a indústria da moda em detrimento das comunidades tradicionais, visto que aparentemente a obra destas estaria em domínio público. Ao mesmo tempo, simplesmente aplicar a estas criações a lógica da proteção intelectual seria condenar essas práticas a um congelamento, que não é a forma como essas obras nascem e permanecem. No entanto, os dois sistemas tratam da cultura e apresentam similitudes capazes de nortear soluções eficientes para o problema no âmbito da moda.

Essa solução dos conflitos de apropriação cultural da moda devem endereçar: (i) falta de atribuição de origem da peça; (ii) ausência de autorização prévia da comunidade detentora do traje ou desenho típico; (iii) esvaziamento do significado de símbolos culturais importantes; (iv) ganho da indústria da moda com

perda pelas comunidades tradicionais; e (v) valorização do traje como aspecto cultural sem engessar as tradições. Ainda que não seja uma solução perfeita, entende-se que – utilizando os meios legais já existentes – é possível adaptar certos institutos de forma a minimizar seus efeitos negativos.

Primeiramente, as indicações geográficas fornecem uma base para um sistema intelectual que não exige a identificação do autor e trabalha com uma lógica coletiva, que poderia ser aplicada ao patrimônio cultural. Esse modelo não afasta o caráter cultural dos trajes típicos, apenas indica a sua titularidade, origem e dá aos seus detentores direitos de evitar danos. Os conflitos decorrentes da apropriação cultural também podem ser endereçados por meio de ação civil pública.

Complementarmente, o registro nos livros do lphan pode servir como uma indicação de anterioridade, impedindo que terceiros atribuam a si autoria sobre peças derivadas daquela arte. As ações de valorização, quando almejadas pela sociedade tradicional, levam à identificação pelo público daquele traje como pertencente àquele grupo. Assim, as empresas teriam dificuldades em apresentar como original uma peça notoriamente conhecida por ser daquela sociedade.

A solução dos problemas relativos à apropriação cultural na moda passa necessariamente pela aceitação de que a aplicação de direitos intelectuais ao patrimônio cultural imaterial, sem alterações, gerará ainda mais distorções e efeitos colaterais indesejados, como a estagnação cultural, a “comoditização” dos trajes, a redução da cultura a um objeto estático e a submissão de comunidades tradicionais à lógica do mercado que lhes é estranha. A junção de partes dos dois institutos, por outro lado, pode apresentar algumas vias de saída, tal qual demonstrado. Assim, é possível trabalhar para adaptar as normas existentes, contribuindo para o desenvolvimento da indústria da moda e para a valorização da arte tradicional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, Eliane Yachou. A Internet e sua inserção no sistema de direitos autorais. *Direitoautor.com.br*. São Paulo, mar. 2003. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/direitoautor/artigo211003_a.htm>. Acesso em: 09 set. 2018.

ADOLFO, Luiz Gonzaga Silva et al. A ação civil pública para a proteção ao patrimônio artístico e cultural. In: PIMENTA, Eduardo Salles. *Propriedade intelectual: estudos em homenagem ao Min. Carlos Fernando Mathias de Souza*. São Paulo: Letras Jurídicas, 2010. p. 372-389.

AIKAWA, Noriko. An Historical Overview of the Preparation of the UNESCO International Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage. *Museum International*, [s.l.], v. 56, n. 1-2, p.137-149, maio 2004.

AKANEGBU, Anuli. *Fashion's Moral Dilemma: Exploring How a Lack of Moral Rights in the United States Disproportionately Harms Emerging Fashion Designers*. 2012. 26 f. Monografia (Especialização) - Curso de Comunicação, Departamento de Comunicação e Cultura, Howard University, Washington, 2012. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2054783>. Acesso em: 23 nov. 2018.

ALMEIDA, Marcus Elidius M. Propriedade industrial frente à concorrência desleal. In: SIMÃO FILHO, Adalberto; DE LUCCA, Newton. *Direito Empresarial Contemporâneo*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000, p. 107-136.

ARANTES, Antonio Augusto. *O que é cultura popular*. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

ARGENTINA. Constituição (1994). *Boletín Oficial*. Buenos Aires, 15 dez. 1994. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/804/norma.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

ARGENTINA. Lei nº 11.723, de 26 de setembro de 1933. Regime legal da propriedade intelectual. *Boletín Oficial*. Buenos Aires, 30 set. 1933. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/40000-44999/42755/texact.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

ARGENTINA. Lei nº 25.036, de 14 de outubro de 1998. Modificanse los articulos 1, 4, 9 y 57 e incorporase el art. 55 bis a la ley nro. 11723 - proteccion de la propiedad intelectual de los programas de computacion. *Boletín Oficial*. Buenos Aires, 11 nov. 1998. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/verNorma.do?id=54178>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

ARGENTINA. Lei nº 25.197, de 10 de novembro de 1999. Regime do registro de patrimônio cultural. *Boletín Oficial*. Buenos Aires, 15 dez. 1999. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/verNorma.do?id=61480>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

ARGENTINA. Lei nº 26.118, de 05 de julho de 2006. Salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Boletín Oficial. Buenos Aires, 27 jul. 2006. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/verNorma.do?id=118206>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito autoral*. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. *Comissão da família, da educação, cultura e esportes, da ciência e tecnologia e da comunicação*: subcomissão da educação, cultura e esportes. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988, 49 p. Disponível em: <<http://www6g.senado.gov.br/apem/data/AVULSO/vol-207.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO (ABIT). *Perfil do Setor*. 2017. Disponível em: <<http://www.abit.org.br/cont/perfil-do-setor>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

BALZAC, Honoré de. *Théorie de la démarche*. Paris, 1833. (Pathologie de la vie sociale).

BARBOSA, Denis Borges. *Concorrência sem concorrência*. 2002. Disponível em: <<http://denisbarbosa.addr.com/arquivos/200/concorrenca/13.doc>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

BARBOSA, Denis Borges. *Da novidade nos desenhos industriais*. 2013. Disponível em: <http://www.denisbarbosa.addr.com/arquivos/200/propriedade/da_novidade_di.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

BARBOSA, Denis Borges. *Direito de autor: questões fundamentais de direito de autor*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

BARBOSA, Denis Borges. *Domínio Público e Patrimônio Cultural*. 2005. Disponível em: <<http://www.denisbarbosa.addr.com/arquivos/200/propriedade/bruno.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2018.

BARBOSA, Denis Borges; SOUTO MAIOR, Rodrigo; RAMOS, Carolina Tinoco. *O contributo mínimo na propriedade intelectual: atividade inventiva, originalidade, distinguibilidade e margem mínima*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BARNETT, Leisa. Williamson's African Dream. *Vogue*. Londres, 13 dez. 2007. Disponível em: <<https://www.vogue.co.uk/article/williamsons-african-dream>>. Acesso em: 04 nov. 2018.

BEEBE, Barton. Intellectual Property Law and the Sumptuary Code. *Harvard Law Review*, Cambridge, v. 123, n. 4, p.809-889, fev. 2010.

BELHUMEUR, Jeanne. *Droit international de la mode*. Treviso: Canova Società Libreria Editrice, 2000.

BELLEY, Mariana. Cavalera une desfile de moda e ritual indígena. *O Estado de*

São Paulo. São Paulo, 13 abr. 2015. Disponível em: <<https://emails.estadao.com.br/noticias/moda-e-beleza,cavalera-une-desfile-de-moda-e-ritual-indigena,1669151>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

BITTAR, Carlos Alberto. *Contornos atuais do direito do autor*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. Revista, atualizada e ampliada de conformidade com a Lei nº 9.610/98 por Eduardo Carlos Bianca Bittar.

BITTAR, Carlos Alberto. *Direito de autor*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 4. ed, 2003.

BLUMENAU. Lei nº 7.886 de 10 de setembro de 2013. Dispõe sobre o acesso de pessoas vestidas em trajes típicos aos eventos culturais promovidos pelo município. Diário Oficial do Município, 30 set. 2013. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/blumenau/lei-ordinaria/2013/788/7886/lei-ordinaria-n-7886-2013-dispoe-sobre-o-acesso-de-pessoas-vestidas-em-trajes-tipicos-aos-eventos-culturais-promovidos-pelo-municipio>>. Acesso em 01 set. 2018.

BOLÍVIA. Constituição (2009). *Estado Plurinacional de Bolívia*. La Paz, 09 fev. 2009. Disponível em: <[http://www.harmonywithnatureun.org/content/documents/159Bolivia Consitucion.pdf](http://www.harmonywithnatureun.org/content/documents/159Bolivia%20Consitucion.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BOLÍVIA. Lei nº 1322, de 13 de abril de 1992. Lei de direitos autorais. Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolívia. La Paz, 13 abr. 1992. Disponível em: <http://www.senapi.gob.bo/snpDownload/MarcoLegalVigente/Ley_1322.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2017.

BOLÍVIA. Lei nº 530, de 23 de maio de 2014. Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolívia. Sucre, 23 maio 2014. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/bolivia/bolivia_ley530_2014_sp_aorof>. Acesso em: 18 jul. 2017.

BOLÍVIA. Tribunal Supremo de Justiça. Sentença Constitucional Plurinacional nº 2076. Sucre, 18 de novembro de 2013. *Gaceta Constitucional Plurinacional*. Sucre, 18 nov. 2013. Disponível em: <<http://jurisprudencia.tcpbolivia.bo/Fichas/ObtieneResolucion?idFicha=10903>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

BOURDIEU, Pierre. *Distinction: a social critique of the judgement of taste*. Cambridge: Harvard University Press, 1984. Tradução de Richard Nice.

BRAGA, João. *História da moda: uma narrativa*. 2. ed. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2004.

BRAGA, João. *Reflexões sobre moda*. 2. ed. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2005.

BRANDOLI, Javier. Las indígenas Tlahuitoltepec acusan a la diseñadora francesa Isabel Marant de plagiar su blusa típica. *El Mundo*. Cidade do México, 04 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.elmundo.es/internacional/2015/06/04/556f7ef8e2704e7b538b459c.html>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

BRASIL. Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Brasília, 27 out. 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm#art12>. Acesso em: 31 maio 2018.

BRASIL. Classificação de Locarno nº 11, de 2017. Locarno, 01 jan. 2017.

BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Império do Brasil. Rio de Janeiro, 25 mar. 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 30 maio 2018.

BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 24 fev. 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: 30 maio 2018.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 16 jul. 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 30 maio 2018.

BRASIL. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 10 novembro 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em: 30 maio 2018.

BRASIL. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 19 setembro 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 30 maio 2018.

BRASIL. Constituição (1967). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 24 janeiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 30 maio 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/DOUconstituicao88.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2017.

BRASIL. Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994. Promulgo a Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT. *Diário Oficial da União*. Brasília, 31 dez. 1994. Seção 1, p. 21.394. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/legislacao-1/27-trips-portugues1.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

BRASIL. Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, 7 ago. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm>. Acesso em: 14 jul. 2018.

BRASIL. Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006. Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003. Diário Oficial da União. Brasília, 13 abr. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5753.htm>. Acesso em: 17 jul. 2018.

BRASIL. Decreto nº 5051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Brasília, 20 abr. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm>. Acesso em: 09 jul. 2018.

BRASIL. Decreto nº 6.177, de 01 de agosto de 2007. Promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005. Brasília, 2 ago. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6177.htm>. Acesso em: 12 dez. 2018.

BRASIL. Decreto nº 75.572, de 08 de abril de 1975. Promulga a Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade industrial revisão de Estocolmo, 1967. Brasília, 10 abr. 1975.

BRASIL. Decreto nº 75.699, de 06 de maio de 1975. Promulga a Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas, de 9 de setembro de 1886, revista em Paris, a 24 de julho de 1971. *Diário Oficial da União*. Brasília, 09 mai. 1975. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d75699.htm>. Acesso em: 19 jul. 2017.

BRASIL. Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 6 dez. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em 14 jul. 2018.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.866 de 29 de novembro de 1941. Dispõe sobre o tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 31 dez. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3866.htm>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Brasília, 17 out. 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 30 maio 2018.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003. *Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências*. Brasília, 31 dez. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc42.htm#art1>. Acesso em: 08 jul. 2018.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 48, de 10 de agosto de 2005. Acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.

Brasília, 11 ago. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc48.htm#art1>. Acesso em: 08 jul. 2018.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012. Acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura. Brasília, 30 nov. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc71.htm>. Acesso em: 08 jul. 2018.

BRASIL. Iphan. Processo Administrativo nº 01424.000082/2011-35. Requerentes: Índios Wajãpi. Requeridos: Marcelo Rosenbaum e Bobinex Indústria e Comércio de Papéis Ltda. Macapá, 08 jul. 2013.

BRASIL. Lei nº 12.343 de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Brasília, 3 dez. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm>. Acesso em: 17 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.123 de 20 de maio de 2015. Brasília, 24 mai. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13123.htm>. Acesso em 18 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro, 15 jan. 1937. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971. Institui o Código da Propriedade Industrial, e dá outras providências. Brasília, 31 dez. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5772.htm>. Acesso em: 13 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 5.988 de 14 de dezembro de 1973. Regula os direitos autorais e dá outras providências. Brasília, 18 dez. 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5988.htm>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, 21 dez. 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 7.374, de 24 de julho de 1985. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências. Brasília, 25 jul. 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7347Compilada.htm>. Acesso em: 02 dez. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília, 15 maio 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm>. Acesso em: 01 dez. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, 20 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm>. Acesso em: 09 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.649 de 27 de maio de 1998. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, 28 mai. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9649cons.htm>. Acesso em: 14 jul. 2018.

BRASIL. Projeto de lei nº 2.057 de 1991. Dispõe sobre o Estatuto das Sociedades Indígenas. Brasília, 23 de outubro de 1991. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=17569>>. Acesso em 05 set. 2018.

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição nº 416, de 16 de junho de 2005. Acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura. Brasília. Autoria do Deputado Paulo Pimenta. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=4768769&disposition=inlin e>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

BRINDLE, Meg. The Maasai brand is valuable — and it should belong to the Maasai people. *One*. Washington, 27 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.one.org/us/2017/07/27/maasai-brand-cultural-appropriation/>>. Acesso em 19 nov. 2018.

BUENOS AIRES. Lei nº 1.535, de 02 de dezembro de 2004. *Boletim Oficial de la Ciudad de Buenos Aires*. Buenos Aires, 17 jan. 2005. Disponível em: <<http://www2.cedom.gob.ar/es/legislacion/normas/leyes/ley1535.html>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

CALABRE, Lia. O Minc, a gestão Gilberto Gil e os desafios na construção de políticas culturais. *Proa*, Campinas, v. 1, n. 1, p.293-302, dez. 2009. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/proa/article/viewFile/2409/1822>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

CALANCA, Daniela. *História social da moda*. São Paulo: SENAC, 2008. Tradução de Renato Ambrosio.

CAMPOS, Anita Pissolito. *Direitos morais no patrimônio cultural imaterial*. 2014. 207 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CASAMASSO, Marco Aurélio Lagreca. Estado, igreja e liberdade religiosa na "Constituição Política do Império do Brasil" de 1824. In: XIX Encontro Nacional do Conpedi, 2010, Fortaleza, p. 6167 - 6176.

CASSAGNES-BROUQUET, Sophie; DOUSSET-SEIDEN, Christine. Genre, normes et langages du costume. In: *Clio. Femmes, Genre, Histoire*, n. 36, 2012, p. 7-18. Disponível em: <<http://clio.revues.org/10714>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

CATÃO, Yanka Basile; SOUZA, Allan Rocha de. *Apropriação cultural e direitos culturais: primeiras reflexões*. In: Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, 11., 2017, Curitiba. Anais. Curitiba: UFPR, 2017. p. 879-901.

CERQUEIRA, João da Gama. *Tratado da Propriedade Industrial*. v. 1, Rio de Janeiro: Forense, 1946.

CHAVES, Antônio Carlos. O direito moral após a morte do autor. *Revista da Faculdade de Direito*, Universidade de São Paulo, v. 79, p. 63-81, 1 jan. 1984.

CHAVES, Antônio. *Direito de autor*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

CHILE. Lei nº 17.336 de 28 de agosto de 1970. Santiago, 02 out. 1970. Disponível em: <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=28933#folklore0>>. Acesso em 11 set. 2018.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. Tradução de Luciano Vieira Machado.

CHOISY, Stéphanie. *Le domain public en droit d'auteur*. Paris: LITEC, 2002.

CHRONOPOULOS, Apostolos. Emerging Scholars Series: Trade Dress Rights as Instruments of Monopolistic Competition: Towards a Rejuvenation of the Misappropriation Doctrine in Unfair Competition Law and a Property Theory of Trademarks. *Marquette Intellectual Property Law Review*, Milwaukee, v. 16, n. 1, p. 121-179, 2012.

CIDREIRA, Renata Pitombo. A moda como expressão cultural e pessoal. In: *IARA – Revista de Moda, Cultura e Arte*. v. 3; n. 3, dez.2010, p. 227-244.

CISNEROS, María del Carmen Castillo. La blusa de Tlahuitoltepec Xaam nixuy es identidad. In: ISASMENDI, Erika Galicia; GARCÍA, Fernando Quiles; ROMERO, Zara Ruiz (Ed.). *Acervo mexicano: legado de culturas*. Sevilla: Acer-vos, 2017. p. 170-191. Disponível em: <<https://rio.upo.es/xmlui/bitstream/handle/10433/5173/Castillo%20Cisneros%2c%20Mar%C3%ADa%20del%20Carmen.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA. Organização das Nações Unidas. *Los pueblos indígenas en América Latina*. Santiago: Nações Unidas, 2014. 126 p. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37050/4/S1420783_es.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA. Organização das Nações Unidas. *Los pueblos indígenas en América Latina*. Santiago: Nações Unidas, 2014. 126 p. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37050/4/S1420783_es.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE. *Carta do Folclore Brasileiro, de 16 de dezembro de 1995*. Salvador, 16 dez. 1995. Disponível em:

<<http://www.fundaj.gov.br/geral/folclore/carta.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE, 1, 1951, Rio de Janeiro. Anais do I Congresso Brasileiro de Folclore. Rio de Janeiro, 1951.

CONLON, Scarlett. Isabel Marant Accused of Plagiarism. *Vogue*. Londres, 19 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.vogue.co.uk/article/isabel-marant-plagiarism-claim-santa-maria-tlahuitoltepec-oaxaca>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

COPETTI, Michele. *Afinidade entre marcas: uma questão de Direito*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

COSTA NETTO, José Carlos. *Direito autoral no Brasil*. São Paulo: FTD, 2. ed., 2008.

COSTA, Adroaldo Mesquita. *Patrimônio histórico e artístico nacional – tombamento – desapropriação*: Processo P.R. nº 22.473-64. Brasília, 4 de maio de 1965. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/27827/26703>>. Acesso em 15 jul. 2018.

COSTA, Rodrigo Vieira. *O registro do patrimônio cultural imaterial como mecanismo de reconhecimento de direitos intelectuais coletivos de povos e comunidades tradicionais: os efeitos do instrumento sob a ótica dos direitos culturais*. 2017. 523 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

COSTA, Rodrigo Vieira; SILVA, Frederico Augusto Barbosa da. Os usos do registro do patrimônio cultural imaterial para reconhecimento de direitos intelectuais coletivos: o que dizem os processos administrativos do Iphan sobre os direitos culturais. In: SOARES, Inês Virginia Prado; PRAGMÁCIO, Mário. *Tutela jurídica e política de preservação do patrimônio cultural imaterial*. Salvador: Juspodivm, 2018. p. 343-402.

CULTURA africana inspira nova coleção de estilista brasileiro. *Catraca Livre*. São Paulo, 14 jul. 2015. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/geral/estilo/indicacao/cultura-africana-inspira-nova-colecao-de-estilista-brasileiro/>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

DANIEL, Denis Allan. *Tribunais ignoram concorrência desleal em conjunto-imagem*. Consultor Jurídico, São Paulo, mar. 2007. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2007-mar-27/tribunais_relutam_reconhecer_concorrencia_desleal>. Acesso em: 02 nov. 2018.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

DESCAMPS, Marc-Alain. *La psychologie de la mode*. 1979. Disponível em:

<<http://www.europsy.org/marc-alain/psymod.html>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

DMV Africans. *Ethiopian Coffee Dress*. Disponível em:

<<http://dmvafricans.blogspot.com/2011/09/ethiopian-coffee-dress.html>>. Acesso em 13 nov. 2018.

DOWNES, David. Using Intellectual Property as a Tool to Protect Traditional Knowledge: Recommendations for next steps. In: *Convention on Biological Diversity*, 1., 1997, Madri. Discussion paper. Washington: Ciel, 1997. p. 1-24.

DUARTE, Alice. O desafio de não ficarmos pela preservação do patrimônio cultural imaterial. Atas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, v. 1, p. 41-66, 2009. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/23630/2/aliceduardedesafio000096245.pdf>>. Acesso em 08 jun. 2017.

DUROSOMO, Damola. 8 Recent Times Luxury Fashion Brands Used African Designs Without Including Africans. *Okayafrica*, 04 out. 2017. Disponível em: <<http://www.okayafrica.com/luxury-brands-african-designs-fashion-appropriation/>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

EICHER, Joane Bubolz; ROACH-HIGGINS, Mary Ellen. Definition and classification of dress: implications for analysis of gender roles. In: BARNES, Ruth; EICHER, Joane Bubolz (Org.). *Dress and gender: making and meaning*. Oxford: Berg Publishers, 1993, cap. 1. p. 8-28. (Cross-cultural perspectives on women).

ETIÓPIA. Proclamação nº 209, de 27 de junho de 2000. *Federal Negarit Gazeta*. Addis Abeba, 27 jun. 2000. Disponível em: <https://sherloc.unodc.org/res/cld/document/eth/proclamation-209-2000-on-the-conservation-of-cultural-heritage_html/eth_proc2092000_etenorof.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

FARM na aldeia: coleção faz homenagem à estética indígena brasileira. *Glamour*. Rio de Janeiro, 23 jul. 2014. Disponível em: <<https://revistaglamour.globo.com/Moda/Fashion-news/noticia/2014/07/farm-na-aldeia-colecao-faz-homenagem-estetica-indigena-brasileira.html>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

FERNANDES, Florestan. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio imaterial em processo: uma leitura dos bens inscritos nos livros de registro do Iphan. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; PRAGMÁCIO, Mário. *Tutela jurídica e política de preservação do patrimônio cultural imaterial*. Salvador: Juspodivm, 2018. p. 71-86.

FRANÇA. Constituição (1958). *Assemblée Nationale*. Paris, 4 out. 1958. Disponível em: <<http://www.assemblee-nationale.fr/connaissance/constitution.asp#declaration>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

FRANÇA. Lei nº 287, de 01 de março de 2012. *Journal Officiel de la République Française*. Paris, 02 mar. 2012. n. 53. Disponível em:

<https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do;jsessionid=05319C72B26ADA5DDB4F1DF72737F0B7.tpdila14v_3?cidTexte=JORFTEXT000025422700&dateTexte=20120302>. Acesso em: 12 jul. 2017.

FRANÇA. Lei nº 597, de 1 de julho de 1992. Código da Propriedade Intelectual. *Journal Officiel de La Republique Française*. Paris, 03 jul. 1992. n. 153. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do;jsessionid=AEF322384025BD345371C82422D1292B.tpdila14v_3?cidTexte=JORFTEXT000000357475&dateTexte=19920703>. Acesso em: 12 jul. 2017.

FRANÇA. Lei nº 925, de 07 de julho de 2016. *Journal Officiel de la République Française*. Paris, 08 jul. 2016. n. 158. Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/eli/loi/2016/7/7/2016-925/jo/texte>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

FRANÇA. MINISTÉRIO DA CULTURA. *Qu'est-ce que le PCI?* 2016. Disponível em: <<http://www.culturecommunication.gouv.fr/Thematiques/Patrimoine-culturel-immateriel/Le-PCI-qu-est-ce-que-c-est/Qu-est-ce-que-le-PCI>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

FRANÇA. Ordonnance nº 178, de 20 de fevereiro de 2004. Code du Patrimoine. *Journal Officiel de la République Française*. Paris, 24 fev. 2004. n. 46. Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000615405&dateTexte;>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

FUNAI. Portaria nº 177, de 16 de fevereiro de 2006. Regulamenta o procedimento administrativo de autorização pela FUNAI de entrada de pessoas em terras indígenas interessadas no uso, aquisição e ou cessão de direitos autorais e de direitos de imagem indígenas. Brasília, 16 fev. 2006. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/LEGISLACAO_INDIGENISTA/Cultura/portariadireitoautoral.PDF>. Acesso em: 09 jul. 2018.

GAIO. *Institutas*. Disponível em: <<http://thelatinlibrary.com/law/gaius2.html>>. Acesso em 27 nov. 2018.

GARONE, Taís; JUNQUEIRA, Pedro. Patrimônio Cultural, patrimônio de quem? Apropriação e uso indevido de Bens Culturais Imateriais. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 30. 2016, João Pessoa. *Anais RBA*, 2016.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

GNASPINI, José Mauro. *Derivação não consentida e proteção ao acréscimo criativo no Direito Autoral*. 2008. 125 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GODART, Frédéric. *Sociologia da Moda*. São Paulo: Senac, 2010. Tradução de Lea P. Zylberlicht.

GROFF, Paulo Vargas. *Direitos Fundamentais nas Constituições brasileiras*.

Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 178, n. 45, p.105-129, abr. 2008. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176526/000842780.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

GUSMÃO, José Roberto; D'HANENS, Laetitia Pablo. Breves comentários sobre a proteção ao trade dress no Brasil. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 919, p. 585-597, mai. 2012.

H. STERN. *Sobre a H. Stern*. Disponível em: <<https://www.hstern.com.br/institucional/sobre-hstern>>. Acesso em: 09 set. 2018.

HAILESELASSIE, Hewete. Anger over African designs. *The Independent*. Londres, 9 dez. 2007. Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/news/business/news/anger-over-african-designs-763901.html>>. Acesso em: 04 nov. 2018.

HARPAZ, Beth. Mola tradition from Panama has fans worldwide. *The Washington Times*. Washington, 23 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.washingtontimes.com/news/2016/feb/23/crafts-mola-tradition-from-panama-has-fans-worldwi/>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

HELLMANN, Aline Gazola. *A moda no século XXI: para além da distinção social?*. 2009. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/21459>>. Acesso em 31 mai. 2017.

HERSKOVITS, Melville. *Les bases de l'anthropologie culturelle*. 1950. Disponível em: <[http://www.doc-developpement-durable.org/file/Communications-Relations_Interculturelles/esprit-critique-vs-suivi-des-traditions/bases_anthropologie_culturelle\(1\).pdf](http://www.doc-developpement-durable.org/file/Communications-Relations_Interculturelles/esprit-critique-vs-suivi-des-traditions/bases_anthropologie_culturelle(1).pdf)>. Acesso em 17 mar. 2017.

HILARY, Kimuyu. Maasai NGO fighting to protect and profit from community's multi-million shillings brand. *Naiorbi News*. Nairobi, 27 jan. 2018. Disponível em: <<https://nairobinews.nation.co.ke/news/maasai-ngo-communitys-brand/>>. Acesso em 19 nov. 2018.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. Tradução de Celina Cardim Cavalcanti.

HOLLANDER, Anne. *O sexo e as roupas: a evolução do traje moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. Tradução de Alexandre Tort.

HUGHES, Amy; TORNTORE, Susan; OGLE, Jennifer. Persistence and Change in the Black Forest Ethnic Dress Tradition. *International Journal of Costume and Fashion*. v. 15, n. 1, jun 2015, p. 1-18. Disponível em: <http://ocean.kisti.re.kr/IS_mvpopo212L.do?method=list&poid=ksc&kojic=E1JCAN&sVnc=v15n1&sFree=>>. Acesso em 15 mai. 2018.

ICOMOS. *Carta de Veneza*. II Congresso Internacional de Arquiteto e Técnicos

dos Monumentos Históricos, maio de 1964. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>> Acesso em 07 jun. 2017.

ICOMOS. *Declaração de Tlaxcala*. Colóquio Interamericano sobre a Conservação do Patrimônio Monumental, outubro de 1982. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Tlaxcala%201982.pdf>>. Acesso em 07 jun. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. Instrução Normativa nº 95, de 28 de dezembro de 2018. Estabelece as condições para o Registro das Indicações Geográficas. Rio de Janeiro, 28 dez. 2018. Disponível em:
<http://www.inpi.gov.br/legislacao-1/in_25_21_de_agosto_de_2013.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2018.

IPHAN. *Ofício das Baianas de Acarajé*: Livro de Registro de Saberes. Brasília, 10 dez. 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/BaianasdeAcarajeRegistro.pdf>>. Acesso em 05 set. 2018.

IPHAN. *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial*: compêndio dos editais: 2005 a 2010. Brasília: Iphan, 2016. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/pnpivol1.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

IPHAN. *Termo de Referência para a Salvaguarda de Bens Registrados*. Brasília: Coordenação-geral de Salvaguarda, 2015. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Termo_referencia_salvaguarda_bens_registrados_2015.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2018.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os rituais do tombamento e a escrita da história*: bens tombados no paraná entre 1938-1990. 1998. 335 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27014/T_KERSTEN_MARCIA_SCHOLZ_DE_ANDRADE.pdf?sequence=1>. Acesso em: 06 jun. 2017.

KLEMT, Aline Leal Fontanelle. *Moda, memória e direito*: uma proposta  legislação para a cultura. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Centro Universitário La Salle, Canoas, 2012. Disponível em:
<https://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/tcc/mestrado/memoria_social_e_bens_culturais/2012/alfklemmt.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2017.

KHLER, Carl. *História do vestuário*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. Tradução de Jeffersom Luís Camargo.

KONIG, Ren. *Sociologia de la moda*. Buenos Aires: Ediciones Carlos Lohle, 2002.

KUHL, Beatriz Mugayar. *Notas sobre a Carta de Veneza*. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 287-320, dezembro 2010. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-

47142010000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 jun. 2017

LARSSON, Naomi. Inspiration or plagiarism? Mexicans seek reparations for French designer's look-alike blouse. *The Guardian*. Londres, 17 jun. 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development-professionals-network/2015/jun/17/mexican-mixe-blouse-isabel-marant?CMP=share_btn_tw>. Acesso em: 15 nov. 2018.

LAVER, James. *Costume and Fashion: a concise history*. New York: New York, 1996.

LEITE, Eduardo Lycurgo. *Plágio e outros estudos em direito de autor*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

LIMA, Vera. Há Sempre uma Releitura? In: FEGHALI, Marta Kasznar (Org.). *O Ciclo da Moda*. Rio de Janeiro: Senac, 2008. p. 47-92.

LIPOVETSKY, Gilles. *O Império do Efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Cia das Letras, 2001. Tradução de Maria Lucia Machado.

LIXINSKI, Lucas. *Intangible Cultural Heritage in International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

LOCATELLI, Liliana. *Indicações geográficas: a proteção jurídica sob a perspectiva do desenvolvimento econômico*. Curitiba: Juruá, 2008.

LOPES, Danielle Bastos. O direito dos índios no Brasil: a trajetória dos grupos indígenas nas constituições do País. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 1, n. 8, p.83-108, jun. 2014.

LURIE, Alison. *A linguagem das roupas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. Tradução de Ana Luiza Dantas Borges.

MACHADO, Fernanda Tozzo. A relatividade dos valores culturais e o papel do conservador-restaurador. In: *Seminário arte hoje na contemporaneidade: processos, reflexões, conservação, produção*. 2007, Ouro Preto: Fundação de Artes de Ouro Preto, 2007. Disponível em: <http://www.alquimidia.org/fcc4/patrimoniocultural/arquivosSGC/2008101315Artigo_-_O_Papel_do_Conservador_e_Restaurador.pdf>. Acesso em: 07 jun. 20

MACELWEE, Kent. *Mola by Kuna women, Playon Chico*. San Ignacio de Tupile, 23 nov. 2010. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/kmacelwee/5272807108/in/album-72157625500132781/>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

MARIOT, Gilberto. *Fashion Law: a moda nos tribunais*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.

MARQUES, Helder; MARTINS, Luís. Memória, herança, patrimônio e paisagem. *Cadernos de geografia*, Coimbra, n. 17, p. 123-129, 1998.

MATTHES, Erich Hatala. Cultural appropriation without cultural essentialism?. *Social Theory and Practice*, v. 2, n. 42, p. 343-366, abr. 2016.

MEISTER. Coffee traditions: Ethiopian Coffee Ceremony. *Serious Eats*, maio 2011. Disponível em: <<https://drinks.serious-eats.com/2011/05/coffee-traditions-the-ethiopian-coffee-ceremony.html#comment-anchor-100255>>. Acesso em 15 nov. 2018.

MEJÍA, Juan Luis. Apuntes sobre las políticas culturales en América Latina, 1987-2009. *Pensamiento Iberoamericano*, Madrid, v. 4, n. 1, p.105-130, jan. 2009. Bilingual. Disponível em: <<https://www.fundacioncarolina.es/wp-content/uploads/2014/07/PensamientoIbero4.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

MENDES, Valerie; HAYE, Amy de la. *A moda no século XX*. São Paulo: Martins Fontes, 2009. Tradução de Luís Carlos Borges.

MERKLE, Siloá Haynosz. *Indicação geográfica e patrimônio cultural sob a ótica do desenvolvimento sustentável: o caso do Vale dos Vinhedos*. 2015. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Patrimônio Cultural e Sociedade, Direito, Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2015. Disponível em: <http://univille.edu.br/account/mpcs/VirtualDisk.html?action=readFile&file=Siloa_H._Merkle.pdf&at=/Dissertacoes>. Acesso em: 01 dez. 2018.

MICHETTI, Miqueli. Capítulos da modernidade: moda e consumo na Paris do século XIX. *Revista Proa*, v. 01; n. 1, 2009, p. 228-252. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/proa/article/view/2398/0>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

MILLER, Mary. Copyrighting the useful art of couture: expanding intellectual property protection for fashion designs. *William & Mary Law Review*, Williamsburg, v. 4, n. 55, p.1617-1646, jun. 2014. Disponível em: <<http://scholarship.law.wm.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3529&context=wml>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

MILLIGAN, Lauren. Mexican Media Storm Erupts Over Marant "Copying". *Vogue*. Londres, 20 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.vogue.co.uk/article/isabel-marant-embroidered-blouse-plagiarism-row-mexico-antik-batik>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

MITEL, Jessica. Were These Designs By Louis Vuitton "Stolen" From Maasai Culture?. *Zumi*. Nairobi, 18 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.zumi.co.ke/fashion/louis-vuitton-and-the-masai-shuka-a-continuing-scandal/>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

MONTEIRO, Michelle Alves; SQUEFF, Tatiana Cardoso. Para além de uma crítica aos direitos humanos: a interculturalidade como alternativa. *Revista Latino-americana de Direitos Humanos*, Belém, v. 7, n. 1, p. 161-174, jan. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/hendu/article/view/6021/4845>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

MORAES, Rodrigo. Por que obras protegidas pelo direito autoral devem cair em domínio público?. In: PIMENTA, Eduardo Salles. (Org.) *Direitos autorais: estudos em homenagem a Otávio Afonso dos Santos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 294-315.

MORATO, Antonio Carlos Os direitos autorais na Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo: a obra coletiva e a titularidade originária decorrente da organização da obra. In: *R. Fac. Dir. Univ. São Paulo* v. 109, p. 109 - 128 jan./dez. 2014.

MORATO, Antonio Carlos. *Direito de Autor em Obra Coletiva*. São Paulo: Saraiva, 2007. (Coleção Prof. Agostinho Alvim). Coordenação Renan Lotufo.

MOREIRA, Eliane. *O direito dos povos tradicionais sobre seus conhecimentos associados à biodiversidade: as distintas dimensões destes direitos e seus cenários de disputa*. In: BARROS, Benedita da Silva; et. al. *Proteção aos Conhecimentos das Sociedades Tradicionais*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi: Centro Universitário do Pará, 2006. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/antropi/lib/exe/fetch.php?media=moreira.pdf>>. Acesso em 09 set. 2018.

MOREL, Hernán. “Milonga que va borrando fronteras.” Las políticas del patrimonio: un análisis del tango y su declaración como patrimonio cultural inmaterial de la humanidad. *Intersecciones en Antropología*, Buenos Aires, v. 1, n. 12, p.163-176, jan. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/pdf/iant/v12n1/v12n1a13.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

MORENO, Josephine; LITTRELL, Mary Ann. Negotiating tradition: tourism retailers in Guatemala. *Annals of Tourism Research*, Londres, v. 28, n. 3, p.658-685, dez. 2001.

MUNDURUKU, Daniel. A escrita e a autoria fortalecendo a identidade. In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (Org.). *Povos Indígenas no Brasil 2001/2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006, p. 200-202.

NAPOLITANO, Marcos. A Música Brasileira na década de 1950. *Revista USP*, São Paulo, n. 87, p. 56-73, set. 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/13830/15648>>. Acesso em 15 jul. 2018.

NERY, Marie Louise. *A evolução da indumentária: subsídios para criação de figurino*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2003.

NORMAN, Christina. Maya Angelou Public Radio Special: Award-Winning Poet On Why Black History Month Still Matters. *Huffingtonpost*. Nova Iorque, 14 fev. 2012. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/entry/maya-angelou-radio-special-_n_1276463?ec_carp=4181305972755096870>. Acesso em: 30 dez. 2018.

NOVAES, Marina. As sandálias da polêmica. *El País*. São Paulo, 14 fev. 2015.

Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/13/politica/1423839248_331372.html>. Acesso em: 06 jun. 2018.

NUNES, Izaurina Maria de Azevedo (Org.). *Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão: dossiê do registro*. São Luís: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2011. Disponível em: <[http://portal.lphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_bumba_meu_boi\(1\).pdf](http://portal.lphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_bumba_meu_boi(1).pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2018.

OKEDIJI, Ruth. The international relations of intellectual property: narratives of developing country participation in the global intellectual property system. *Singapore Journal Of International And Comparative Law*. Singapura, p. 315-385. jul. 2003.

OMPI. *Consolidated analysis of the legal protection of traditional cultural expressions/ expressions of folklore*. Genebra, OMPI, 2003.

OMPI. *Guide to the Berne Convention*. Genebra, OMPI, 1978.

OMPI. The protection of expressions of folklore: the attempts at international level. *Intellectual property in Asia and the Pacific*, Genebra, n. 56/57, jan. 1998.

OMPI. The Protection of Traditional Cultural Expressions/ Expressions of Folklore: Revised Objectives and Principles. Genebra, 7 mai. 2010. Disponível em: <https://www.wipo.int/meetings/en/doc_details.jsp?doc_id=132328>. Acesso em 28 dez. 2018.

OMPI. *Um ponto no tempo: o uso inteligente da Propriedade Intelectual por empresas do setor têxtil*. Genebra: OMPI, 2005.

OMPI. *O direito consuetudinário e os conhecimentos tradicionais*. Genebra: OMPI, 2016, p. 1-2. Disponível em: <http://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo_pub_tk_7.pdf>. Acesso em: 25 maio 2018.

OMPI; UNESCO. *Lei Modelo de Tunes de 1976*. Copyright for developing countries. Genebra, União de Berna, 1976. Disponível em: <<ftp://ftp.wipo.int/pub/library/ebooks/historical-ipbooks/TunisModelLawOnCopyright/TunisModelLawOnCopyright.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

OMPI; UNESCO. *Model provisions for national laws on the protection of expressions of folklore against illicit exploitation and other prejudicial actions*. Genebra, 1985.

ONU. *Recomendação de Paris de Obras Públicas ou Privadas*. Paris, 19 nov. 1968. Disponível em: <<http://portal.lphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao de Paris 1964.pdf>>. Acesso em 07 jun. 2017.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Normas de Quito*. nov/dez de 1967. Disponível em: <<http://portal.lphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>>. Acesso em 07 jun. 2017.

PANAMÁ. Lei nº 20, de 26 de junho de 2000. Del régimen especial de propiedad intelectual sobre los derechos colectivos de los pueblos indígenas, para la protección y defensa de su identidad cultural y de sus conocimientos tradicionales, y se dictan otras disposiciones. *Gaceta Oficial*. 25.083. ed. Cidade do Panamá, 27 jun. 2000.

PANAMÁ. Regulamento de uso do Direito Coletivo "Mola Kuna", de 2002. Disponível em: <https://www.mici.gob.pa/imagenes/pdf/reglamento_uso_mola.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

PATON, Elizabeth. Can Christian Louboutin Trademark Red Soles? *The New York Times*. Nova Iorque, 6 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/02/06/business/christian-louboutin-shoes-red-trademark.html>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

PELEGRI, Sandra; FUNARI, Pedro Paulo. *O que é patrimônio cultural imaterial*. São Paulo: Brasiliense, 2013.

PETIT, Sébastien. *Le parasitisme économique: passé, présent et avenir*. 2002. 196 f. Memoire (Doctorat sciences juridiques, politiques et sociales) - Université Lille 2, Lille.

PIMENTEL, Luiz Otávio. *A marca "Jurerê Internacional" utilizada ilegítimamente como nome de domínio: parecer*. Florianópolis, 31 jan. 2012.

POLETTI, Ronaldo. A Constituição de 1934. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 89, n. 23, p.63-102, jan. 1986. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181668/000421276.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 30 maio 2018.

POLLINI, Denise. *Breve História da Moda*. São Paulo: Claridade, 2007.

PORTUGAL. Constituição (1976). Constituição da República Portuguesa de 02 de abril de 1976. *Assembleia da República*. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>>. Acesso em: 08 jul. 2017.

PORTUGAL. Decreto-lei nº 139 de 15 de junho de 2009. Regime jurídico de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. *Diário da República*. Lisboa, 15 jun. 2009. Disponível em: <<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/494544/details/maximized>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

PORTUGAL. Decreto-lei nº 63, de 14 de março de 1985. Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos. *Diário da República*. v. 1, n. 61, p. 662-689. Disponível em: <<https://dre.pt/application/file/a/327000>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

PORTUGAL. Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial. *Danças Tradicionais da Lousa*. 2014. Disponível em: <<http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/Inventario/InventarioConsultar.aspx?IdReg=399>>. Acesso em: 08

jul. 2017.

PORTUGAL. Lei nº 107, de 08 de setembro de 2001. Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural. *Diário da República*. 209. ed. Lisboa, 08 set. 2001. p. 5808-5829. Disponível em: <<https://dre.pt/application/dir/pdf1s/2001/09/209A00/58085829.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2017.

PORTUGAL. Lei nº 83, de 31 de agosto de 1995. Direito de participação procedimental e de acção popular. *Diário da República*. Lisboa, 31 ago. 1995. Disponível em: <http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=722&tabela=leis>. Acesso em: 24 maio 2018.

PORTUGAL. MUNICÍPIO DE MANGUALDE. *Pedido de Inventariação do “Processo de Confeção do Bordado de Tibaldinho” no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*. Mangualde: Prefeitura, 2017. Disponível em: <http://www.bordadodetibaldinho.pt/imagens/Inventariacao_da_producao_bordado_de_tibaldinho_no_inventario_nacional_do_patrimonio_cultural_imaterial_ANEXO_I.pdf>. Acesso em: 25 maio 2018.

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça. Acórdão nº 047966. *Diário da República Eletrónico*. Lisboa, 26 de fevereiro de 1997. Disponível em: <<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/57997b6da925fc49802568fc003b3295?OpenDocument>>. Acesso em: 25 maio 2018.

PROTT, Lyndel; O’KEEFE, Patrick. Cultural heritage or cultural property? *International Journal of Cultural Property*, v. 1, n. 2, jul 1992. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/B17F38F4873BDA8B21EF1BEA7DCD7D45/S094073919200033Xa.pdf/cultural_heritage_or_cultural_property.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2018.

QUEIROZ, Hermano Fabrício Oliveira Guanais e. Acarajé tem axé: a desafiadora salvaguarda do ofício de baiana como patrimônio cultural imaterial. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; PRAGMÁCIO, Mário. *Tutela jurídica e política de preservação do patrimônio cultural imaterial*. Salvador: Juspodivm, 2018. p. 403 - 419.

RAUSTIALA, Kal; SPRIGMAN, Christopher. The piracy paradox: innovation and intellectual property in fashion design. *Virginia Law Review*, Charlottesville, v. 8, n. 92, p.1687-1777, dez. 2006.

REALE, Miguel. Tombamento e preservação do patrimônio artístico e cultural: Parecer. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 261, p.255-266, set. 2012.

REILLY, Andrew. *Key Concepts for the Fashion Industry*. Londres: Bloomsbury, 2014.

REIS, Livia Liberato de Matos. *Indicação Geográfica no Brasil: determinantes, limites e possibilidades*. 2015. 270 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

RIBEIRO, Djamila. Apropriação cultural é um problema do sistema, não de indivíduos. *Azmina*, São Paulo, abr. 2016. Disponível em: <<https://azmina.com.br/colunas/apropriacao-cultural-e-um-problema-do-sistema-nao-de-individuos/>>. Acesso em: 04 nov. 2018.

RIBEIRO, João. *O folclore*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1969.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. *Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume, 2005.

RIBEIRO, Stephanie. O que é apropriação cultural?. *Capitolina*, São Paulo, n. 11, fev. 2015. Disponível em: <<http://www.revistacapitolina.com.br/o-que-e-apropriacao-cultural/>>. Acesso em: 04 nov. 2018.

RICE, Roberta. How to Decolonize Democracy: Indigenous Governance Innovation in Bolivia and Nunavut, Canada. *Bolivian Studies Journal*, Pittsburgh, vol. 22, 2016, p. 220-242.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 28.552 de 15 de outubro de 2007. Declara Patrimônio Cultural Carioca a Bossa Nova. Rio de Janeiro, 16 out. 2007. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/pastas/legislacao/dec_28552.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2018.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça. Acórdão nº 0072174-63.2004.8.19.0001. Gilson Pereira Martins e outra. C&A Modas Ltda. Relator: Desembargador Reinaldo Pinto Alberto Filho. Rio de Janeiro, 01 de junho de 2010. *Diário da Justiça*. Rio de Janeiro, 08 jun. 2010.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. Acórdão nº 70005218722. Relator: Desembargadora Mara Larsen Chechi. Porto Alegre, RS, 20 de agosto de 2004. *Diário da Justiça*. Porto Alegre, 04 nov. 2004.

ROCHA, Roberta. Cultura japonesa é inspiração na nova coleção da Lez a Lez. *Roberta Rocha*. São Paulo, 06 mar. 2017. Disponível em: <<https://robertarocha.com/cultura-japonesa-e-inspiracao-na-nova-colecao-da-lez-a-lez/>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

RODRIGUES JUNIOR, Edson Beas. *A proteção internacional do patrimônio biocultural imaterial a partir da concepção de desenvolvimento sustentável*. 2009. 555 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ROLLO, Fabrizio. Tartan, o xadrez escocês, será o que você vai vestir no próximo inverno. GQ. São Paulo, 11 jan. 2017. Disponível em: <<https://gq.globo.com/Estilo/Moda-masculina/noticia/2017/01/tartan-o-xadrez-escoces-sera-o-que-voce-vai-vestir-no-proximo-inverno.html>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

ROSA, Stefania. *Alfaiataria: modelagem plana masculina*. Brasília: Editora SENAC/DF, 2009.

ROUSSEAU, Jean-jacques. *Sobre as ciências e as artes*. In: Prêmio da Academia de Dijon, 1750. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000012.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2017.

SABINO, Marco. *Dicionário de moda*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SALVADOR. Decreto nº 12.175 de 25 de novembro de 1998. Dispõe sobre a localização e funcionamento do comércio informal exercido pelas baianas de acarajé e de mingau em logradouros públicos e dá outras providências. Salvador, 25 nov. 1998.

SALVADOR. Decreto nº 26.804 de 01 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a localização e funcionamento do comércio informal exercido pelas baianas e baianos do acarajé e do mingau em logradouros públicos e dá outras providências.

SANTANA, Daniela Cristina Alves. *As criações de moda e o direito de autor*. 2007. 202 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SANT'ANNA, Márcia. A política federal salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. *Desafios do Desenvolvimento*, Brasília, n. 62, p.45, jul. 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/images/stories/PDFs/desafios062_completa.pdf> Acesso em: 19 ago. 2018.

SANTOS, Ana Carolina Quintanilha dos. *O caso da arte gráfica Wajãpi e o embate contra a exploração comercial inadequada: limites e potencialidades das políticas públicas de proteção ao patrimônio imaterial*. Brasília, 2013, 88p. Monografia – Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social, Escola Nacional de Administração Pública. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/371/1/Ana%20Carolina%20-%20V.%20Definitiva.pdf>>. Acesso em 05 set. 2018.

SÃO PAULO, Tribunal de Justiça. Apelação cível com revisão nº 594.003-4/7-00. Relator: Desembargador Vítor Guglielmi. Julgado em 02 de outubro de 2008. *Diário da Justiça*, São Paulo, 04 nov. 2008.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça de São Paulo. Acórdão nº 2017622-68.2017.8.26.0000. Agravantes Patricia Vieira Bonaldi e Patricia Bonaldi Moda Feminina Ltda. Agravado Camilamito Vestuários Eireli - ME. Relator: Carlos Dias Motta. São Paulo, 08 de maio de 2017. *Diário da Justiça*. São Paulo, 09 mai. 2017.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça de São Paulo. Sentença nº 0015039-28.2003.8.26.0068. Autor: Le Garage Indústria e Comércio de Roupas Ltda. Barueri, 31 de julho de 2007. DJE. São Paulo, 02 ago. 2007.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Apelação nº 1017473-43.2014.8.26.0405. Cavalera v. M.Officer. *Diário da Justiça*. São Paulo, 29 ago. 2018.

SCAFIDI, Susan. F.I.T.: Fashion as Information Technology. *Syracuse Law Review*, vol. 59:69, nov. 2008, p. 69-90.

SCHADEN, Egon; MUSSOLINI, Gioconda. *Povos e trajes da América Latina*. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, 1972.

SCHWEITZER, Albert. *Decadência e regeneração da cultura*. 2ª ed. brasileira, 1959.

SHEPPARD, Shannon Pixley. *Guelaguetza desfile, July 28, 2012*. Oaxaca, 30 mai. 2015. Disponível em: <<https://casita-colibri.blog/2015/05/30/theft-of-the-cultural-kind/>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

SILVA, Anderson Alexandre da. Marca brasileira aposta em moda étnica de várias partes do mundo. *Fashion Network*. São Paulo, 11 jan. 2017. Disponível em: <<http://br.fashionnetwork.com/news/Marca-brasileira-aposta-em-moda-etnica-de-varias-partes-do-mundo,779246.html#.Wxfnz0gvw2w>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

SILVA, Christhian Teofilo; LORENZONI, Patricia. A moldura positivista do indigenismo: a propósito do Estatuto do Índio para a proteção de povos indígenas no Brasil. *Série Ceppac*, n. 40, Brasília: CEPPAC/UnB, 2012, p. 13. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17423/1/ARTIGO_MolduraPositivistaIndigenismo.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2018.

SILVA, Guilherme Coutinho. Direitos autorais e diversidade cultural. In: Congresso Nacional do Conpedi, 18., 2009, São Paulo. Anais. São Paulo: Conpedi, 2009. p. 9751 - 9764.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 29ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

SILVA, José Afonso da. *Ordenação Constitucional da Cultura*. São Paulo: Malheiros, 2001.

SILVEIRA, Newton. *Direito de autor no desenho industrial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982.

SILVEIRA, Newton. *Direito de autor no design*. São Paulo: Saraiva, 2. ed., 2012.

SILVEIRA, Newton. *Propriedade Intelectual*. Barueri: Manole. 5. ed. 2014.

SILVEIRA, Newton. *Propriedade intelectual: propriedade industrial, direito de autor, software, cultivares, nome empresarial*. Barueri: Manole, 4. ed., 2011.

SIMÃO, Lucieni de Menezes. Elos do patrimônio: Luiz de Castro Faria e a preservação dos monumentos arqueológicos no Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, Belém, v. 3, n. 4, p.421-435, set. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v4n3/v4n3a05>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

SIMMEL, Georg. *Filosofia da moda e outros escritos*. Lisboa: Texto e Grafia, 2008. Disponível em: <<http://www.martinsfontespaulista.com.br/anexos/produtos/capitulos/519464.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

SOCIEDADE DAS NAÇÕES. *Carta de Atenas de outubro de 1931*. Disponível em: <<http://portal.lphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta de Atenas 1931.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

SOCIEDADE DE ILUSTRADORES DO BRASIL. *Índice de Referência de Valores*. São Paulo: Sib, 2011. Disponível em: <http://sib.org.br/wp-content/uploads/2013/08/irv_sib_2011.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2018.

SORCINELLI, Paolo. (Org.). *Estudar Moda: corpos, vestuários, estratégias*. São Paulo: Editora SENAC, 2008.

SOUZA, Allan Rocha de. *A função social dos direitos autorais*. Campos dos Goytacazes: Faculdade de Direito de Campos, 2006.

TARDE, Gabriel de. *Les lois de l'imitation*. 2. ed. Paris: Kimé, 1895. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/tarde_gabriel/lois_imitation/tarde_lois_imitation.pdf>. Acesso em: 31 maio 2017.

THE FASHION LAW. Isabel Marant Wins Case Over "Stolen" Tribal Design. *The Fashion Law*, Nova Iorque, 7 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.thefashionlaw.com/home/isabel-marant-wins-case-over-stolen-tribal-design?rq=isabel%20marant>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

THE Maasai Shuka: Origin and other facts about the traditional garment. Origin and other facts about the traditional garment. *Answer Africa*. Enugu, dez. 2012. Disponível em: <<https://answersafrica.com/maasai-shuka-cloth.html>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

TINOCO, Alfredo. Para uma política de preservação do património industrial em Portugal. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 42, abr. 2012, p. 33-34. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/2823>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

TYLOR, Edward. *Primitive Culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, art, and custom*. London: John Murray, 1871.

UNESCO (França). *Le savoir-faire de la dentelle au point d'Alençon*. 2010. Disponível em: <<https://ich.unesco.org/fr/RL/le-savoir-faire-de-la-dentelle-au-point-dalencon-00438>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

UNESCO. *Convenção de Paris*. Paris, 23 nov. 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

UNESCO. *Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial*. Paris, 17 out. 2003. Disponível em: <<http://portal.lphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/>>

ConvencaoSalvaguarda.pdf> Acesso em: 11 jun. 2017.

UNESCO. *Recomendação de Paris*. Paris, 19 nov. 1964. Disponível em: <<http://portal.lphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/RecomendacaodeParis1964.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

UNESCO. *Recommendation On The Safeguarding Of Traditional Culture And Folklore*. Genebra, 15 nov. 1989.

UNIÃO EUROPEIA. Diretiva nº 28, de 25 de outubro de 2012. Estrasburgo, 27 out. 2012.

VARELLA, Guilherme. O patrimônio imaterial no plano nacional de cultura. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; PRAGMÁCIO, Mário. *Tutela jurídica e política de preservação do patrimônio cultural imaterial*. Salvador: Juspodivm, 2018. p. 301-322.

VASONE, Carolina. Gilberto Gil promove, oficialmente, a moda ao status de cultura para o governo brasileiro. *BOL Notícias*. São Paulo, 18 abr. 2007. Disponível em: <<https://noticias.bol.uol.com.br/entretenimento/2007/04/18/gilberto-gil-promove-oficialmente-a-moda-ao-status-de-cultura-para-o-governo-brasileiro.jhtm>>. Acesso em: 29 maio 2017.

WACHOWICZ, Marcos (Org.). *Por que mudar a Lei de Direito Autoral?*: Estudos e pareceres. Florianópolis: Funjab, 2011.

WOOD, Zoe. Christian Louboutin wins ECJ ruling over red-soled shoes. *The Guardian*. Londres, 12 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2018/jun/12/christian-louboutin-ecj-ruling-red-soled-shoes>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

YOUNG, James. *Cultural Appropriation and the Arts*. Victoria: Blackwell, 2008.

YOUNG, James. Profound offense and cultural appropriation. *The Journal Of Aesthetics And Art Criticism*, Nova Iorque, v. 2, n. 63, p.135-146, mar. 2005.

YOUNG, Sarah. Maasai people of East Africa fighting against cultural appropriation by luxury fashion labels. *The Independent*. Londres, 7 fev. 2017. Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/life-style/fashion/maasai-people-cultural-appropriation-luxury-fashion-retailers-louis-vuitton-east-africa-intellectual-a7553701.html>>. Acesso em: 06 jun. 2018.